



Conclusão

Conclusão

Nós dificilmente enxergamos a natureza, o mundo que nos rodeia tal como ele é, já expunha em **Tristes Trópicos** o filósofo Claude Levi Strauss. O que nós vemos é a realidade, ele dizia, sob o filtro da cultura. Hábitos culturais deformam nossa visão da realidade objetiva. É através desses hábitos culturais que formamos nossa visão de mundo. Estes hábitos mudam muito lentamente, embora as mudanças ocorram mais rapidamente com os atuais meios de comunicação de massas, mas as mudanças de atitude de determinada sociedade e a construção de novos padrões culturais ainda demoram décadas a mudar.

Uma atitude desse tipo é a relação entre o homem e os recursos naturais, especialmente a água. A noção cultural, que vem de milênios, de que a água é um recurso natural, farto, inesgotável é um fato social e cultural com o qual convivemos cotidianamente.

Fazia parte dessa noção cultural sobre a água o conceito de que, embora pudéssemos usar dessa água indefinidamente e sem medidas, ela tinha a capacidade de se reciclar e voltar como água limpa novamente.

Mas na verdade não era assim. Fomos descobrindo, a partir da década de 80 do século passado que tínhamos limites para esse uso desmedido da água. Percebemos que tínhamos limites para o mundo e também para o uso da água. A intensificação do uso dos recursos hídricos, no século passado atingia um ponto em que os gastos de água eram maiores do que a sua capacidade de reposição no ambiente natural.

Descobríamos gradualmente que as águas, subterrâneas ou superficiais, corriam regando, como veias abertas, os territórios onde vivíamos. Sem essa água pura e potável, a vida não era possível.

Na verdade, descobríamos também um novo papel para a água em nossas vidas, bem mais vital e estratégico, diferente de como a víamos há décadas atrás. A crise da água fez que com que nos obrigássemos a ter novos conceitos sobre o papel da água no cenário geopolítico do novo panorama pós-Guerra Fria.

O novo papel da água dos recursos hídricos – dentro deste novo contexto dos estudos para uma política regional pública e para um planejamento físico-territorial de desenvolvimento regional – exigiu uma revisão dos conceitos por parte dos administradores públicos.

Em um movimento crescente, estes novos conceitos apareceram no bojo da nova onda de preocupações ambientais que varreu o mundo a partir da década de 70 do século XX, cresceu e aumentou, mesmo em níveis nacionais e paulistas, na década de 80 e se firmou na década de 90, embasando toda uma nova legislação ambiental e de recursos hídricos, a qual se baseou principalmente em uma estrutura administrativa fundamentada nos comitês de bacia e direcionada pelos conceitos de gerenciamento integrado dos recursos hídricos e de desenvolvimento sustentável.

Deste modo, baseado nesta nova estrutura, o governo do Estado de São Paulo cria o sistema estadual de recursos hídricos fundamentado no conceito de gerenciamento integrado dos recursos hídricos e que tinha os comitês de bacia como base de sua estrutura. Criam-se 22 Comitês em todo o Estado e em 1996, é criado o Comitê de Bacia do Alto Paranapanema na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 14 ou UGRHI - 14 do Estado de São Paulo.

E, nestas condições, novas oportunidades surgem com as práticas instituídas pelo Comitê do Alto Paranapanema na região da UGRHI 14. Seriam reais estas oportunidades oferecidas pelas deliberações e projetos aprovados por este Comitê? Através de suas práticas o Comitê se tornou um fórum de debates regional em relação aos seus recursos hídricos e onde se debateram outros assuntos, aglutinando a comunidade regional em torno de si.

Na verdade, com este novo panorama, novas esperanças brotaram na região, segundo inclusive as lideranças locais consultadas, com o advento do Comitê da Bacia do Alto Paranapanema e trouxeram a possibilidade de que, com o gerenciamento integrado de recursos hídricos, fosse possível retomar o desenvolvimento regional, numa região esquecida pelo governo Estadual, segundo aquelas lideranças, agora, com os parâmetros de um desenvolvimento sustentável para a Bacia, fato que não foi possível anteriormente.

Embora os Comitês tivessem surgido para tratar de recursos hídricos, eles ampliaram seus horizontes e começam a criar discussões sobre o desenvolvimento sustentável das regiões, pois os recursos hídricos de uma região se envolvem estreitamente com ele.

Anteriormente, a atuação dos diversos órgãos e níveis de governo era setorial e sua ação não tinha coordenação, não havia diálogo entre os órgãos da administração estadual e federal, nem entre os prefeitos. A consciência de que se pertencia a uma região geográfica homogênea foi surgindo aos poucos e foi aumentando. É evidente que o interesse por verbas para as suas respectivas cidades é o que move os prefeitos municipais, mas outros assuntos terminaram sendo tratados.

É claro que o fator político pesou no sentido de que, em termos geopolíticos, esta é uma região que tem pouco peso político, tem poucas cidades importantes, tem poucos votos e assim recebe menos apoio político que outras bacias que são mais populosas, mais importantes, mas que tem problemas ambientais maiores, têm déficit de disponibilidade hídrica e, por conseguinte, maior divulgação de seus problemas ambientais e de desenvolvimento.

Com o Comitê, há que se ressaltar que, pela primeira vez, órgãos estaduais e até mesmo federais estão participando, se integrando, para se discutir e resolver assuntos regionais mais importantes como a poluição ambiental, a energia elétrica, a destinação dos agrotóxicos e as voçorocas.

Na medida em que as reuniões e assembleias do Comitê do Alto Paranapanema foram se tornando rotina e a importância dos assuntos discutidos aumentava, bem como projeção e a representatividade dos agentes aí envolvidos, foi se tornando maior a presença do Comitê.

Todos os segmentos representados no Comitê do Alto Paranapanema se envolveram na sua constituição e funcionamento. O Governo estadual incentivou a formação e funcionamento dos Comitês, como também as prefeituras municipais, por conta de que a existência dos Comitês propiciava o acesso a algumas verbas, que de outra maneira, não viriam para a região e mais exatamente para as prefeituras.

A sociedade civil também tem participado, quer por conta de que os problemas ambientais e de recursos hídricos afetam muito a região, quer por conta dos interesses grupais e setoriais a se defender neste debate propiciado pelo Comitê.

O setor agrícola da região tem sido participativo, porque tradicionalmente, na região, é o mais organizado, tem entidades como associação de plantadores, cooperativas e sindicatos de empresários rurais. Junto com eles surgiram nos últimos anos algumas entidades ou associações de pessoas preocupadas com os recursos ambientais da região, mas a participação das associações do segmento civil tem sido difícil. Essas entidades de interesse ambiental, com interesse em participar e discutir assuntos ambientais e de recursos hídricos da região, no geral, não duram muito, não têm muitos participantes e não têm condições físicas e financeiras para ir a todas as reuniões do Comitê.

No geral, quando se discute sobre os recursos do Fehidro, os principais interessados são as prefeituras e órgãos estaduais, quando se discutem assuntos ambientais mais candentes aumenta a participação das entidades interessadas no assunto.

A possibilidade de debate era algo de novo na realidade regional, no início do Comitê o debate foi um pouco truncado, as negociações não fluíam tão tranquilamente, mas o governo do Estado incentivou, colocou os órgãos do governo do Estado à disposição, exemplo disso foi o DAEE.

No começo as prefeituras tiveram que se adaptar à rotina de apresentar projetos com embasamento técnico para serem analisados pelas Câmaras Técnicas, tanto do Comitê e depois no CERH e no COFEHIDRO, projetos que estivessem enquadrados nos PDCs e pudessem ser analisados nesta estância de discussões.

Todavia, todos aprenderam que sem planejamento, sem um projeto viável, não haveria verba no Comitê, e mesmo, sem discussão interna ao Comitê não haveria apoio quando se tratasse de assuntos ligados à infra-estrutura regional e aos recursos hídricos. Todas as prefeituras do Comitê passaram a discutir critérios de distribuição de verbas, pontuação de projetos devido a prioridades estabelecidas em assembleias e mesmo prioridades regionais estabelecidas para a região do Comitê.

Havia, na área do CBH-ALPA, uma atuação setorizada dos órgãos estaduais, uma cultura que se implantou há muito tempo no governo estadual e que incorporava hábitos culturais difíceis de combater.

Isso se notava pela diversidade de limites geográficos dos diversos órgãos do Estado que deviam atuar no interior. Os limites setoriais não coincidiam e as competências se sobrepunham e até mesmo conflitavam, o antigo esquema de regionalização não resolveu o problema, já que não tinha bases regionais mais profundas.

Existe ainda muita ação setorial na área do CBH-ALPA, exemplo disso é a exploração de energia hidroelétrica, que ainda não é de competência do Comitê. O CBH-ALPA deveria ser consultado sobre os projetos de exploração da geração de energia elétrica em sua área e essa consulta deveria ser obrigatória, mas a exploração da geração de energia elétrica é de competência da ANA (Agencia Nacional das Águas) e esta agência não tem obrigação de consultar o Comitê, já que o Rio Paranapanema, como sabemos, é um rio federal. No entanto, sobre a exploração do último projeto aproveitamento hidroelétrico, ocorrido em 2004, o Comitê recebeu um pedido de consulta e parecer deste órgão sobre ele.

O Comitê tem sido muito consultado e resolvido pendências sobre a faixa variável de 100 metros à beira das represas, não utilizável, conseguindo que a faixa de 30 a 70 metros seja reflorestada, ajudando na recomposição das matas ciliares, outra preocupação do Comitê.

Por outro lado, a implantação dos Comitês de Bacia obrigou que todo o pessoal ligado a políticas regionais do governo estadual, as prefeituras e a sociedade civil dialogassem e comesçassem a discutir problemas regionais ligados aos recursos hídricos, muitas vezes outros problemas foram trazidos à tona e se criou uma certa consciência regional, criaram-se muitos consórcios municipais de desenvolvimento ou associações de Municípios como o CONDERSUL (Consortio de Desenvolvimento da Região Sul) e a AMVAPA (Associação dos Municípios do Vale do Paranapanema).

Essas associações atuaram na região simultaneamente ao CBH-ALPA, às vezes potencializando sua ação, às vezes reforçando-o, a partir do fórum por ele mesmo criado.

Na criação desses comitês não houve uma política expressa de criação de órgãos de cima para baixo. Cada comitê tem o seu histórico, uns partiram para essa criação do comitê a partir de demandas internas de grupos ou entidades interessadas como é o caso do Piracicaba e outros.

Outros ainda solicitaram, como é o caso do CBH-ALPA, a instauração de um método, já previsto em lei, de criação do comitê e outros se criaram e montaram a partir de toda uma de indução forte do governo do Estado, interessado em criar estes comitês.

Equipes mistas do governo estadual organizaram seminários regionais explicando todo o processo para audiências interessadas em parcerias com o Estado na organização dos comitês. É lógico, para esse interesse, houve um incentivo: a promessa de distribuição de recursos, através do Fehidro, para os comitês que se formassem, como diz Luis Fernando Carneseca, técnico estadual responsável pela política com os Comitês hidrográficos.

É possível se entender que, ao cuidar dos problemas ambientais, principalmente dos recursos hídricos da região, o Comitê do Alto Paranapanema vem discutindo e resolvendo problemas de saneamento básico, de saúde, de controle da poluição, em todos os sentidos que acabam por elevar a qualidade de vida da população local e possibilitando um desenvolvimento melhor qualificado, propiciando um investimento maior na região.

O CBH-ALPA vem atuando, mesmo que não tenha sido criado para isso, no sentido de se criar um gerenciamento integrado dos recursos hídricos.

Se foram positivas estas condições de atuação do Comitê, se foi benéfico este gerenciamento integrado de recursos hídricos levando a uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável, só é possível de se avaliar por meio da pesquisa qualitativa proposta, cujos resultados descrevemos no Capítulo 4.

O Comitê da Bacia do Alto Paranapanema tem vivido uma realidade particular e peculiar de funcionamento, estabilização, autoconhecimento e perenização de sua ação. Isto tem sido conseguido, com a criação de particularidades locais, amplas e longas negociações entre os segmentos (que não estavam acostumados a isso) e determinação de papéis, nem sempre claros. Mas, mais do que tudo existe uma participação de todos os segmentos participantes do Comitê, o que tem sido a parte mais importante desse projeto de gerenciamento integrado de recursos hídricos.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema tem um horizonte de funcionamento que não chega a 10 anos e a maneira mais segura de se avaliar suas ações é através de seus atos oficiais (deliberações e projetos indicados ou aprovados na Fehidro), como fizemos no Capítulo 4.

Quanto às manifestações, havidas nas assembléias do Comitê, podemos afirmar que são bastante numerosas, no período inicial, principalmente as manifestações a respeito de recursos hídricos, de poluição e de aspectos ambientais mais amplos, mas que se esgotavam muitas vezes em si mesmas. Essas manifestações e intervenções variaram desde as iniciativas mais particulares e genéricas até aquelas mais globais e atinentes a um gerenciamento e gestão de seus recursos hídricos e de seu desenvolvimento, nada obstante todas elas eram atos de interesse pelo destino regional comum.

Quanto às deliberações, notamos que, reflexo talvez da periodicidade dos mandatos municipais e estaduais, estas se concentram em alguns anos e rareiam em outros.

O assunto, objeto do maior número de deliberações, é a busca por recursos financeiros para projetos regionais de recursos hídricos, sempre em falta na região e nas prefeituras carentes das pequenas cidades da Bacia, isto também é objeto da maior disputa das prefeituras e foco de pressão das lideranças regionais, ele centraliza a disputa pelos recursos financeiros gerenciados pelo Comitê e é, possivelmente, uma das razões da perenização de sua ação.

Como observamos no Capítulo 4, este fato pode ser notado, pois a alocação de recursos financeiros aglutina a metade das deliberações tomadas pelo Comitê e o seu gerenciamento fica com um quarto das deliberações tratadas, já que isto reflete o necessário esforço de auto-organização para que o dito recurso financeiro esteja disponível, observadas as regras de funcionamento do comitê de bacia, regras estas impostas por Lei estadual.

Também nas deliberações, como nas manifestações em assembléia, fica evidente o apoio ao Comitê, pelos três segmentos, todavia aqui essa maioria fica mais clara e nítida, demonstrando que há um evidente esforço de se construir uma consciência regional em contraposição à velha tendência setorial e particular, ainda existente em todos os segmentos representados no Comitê.

Daquela etapa, na qual os projetos relativos a recursos hídricos eram analisados setorialmente, o Comitê herdou toda uma série reivindicações não atendidas que, neste período, acumularam-se e o resultado foi uma enorme gama de solicitações não atendidas que se transformaram em projetos, os quais atulharam sua pauta de reivindicações.

Entretanto, apenas 90 projetos passaram pelo seu crivo e foram aprovados por Fehidro, mantendo uma média de 9 projetos aprovados/ano, uma média pequena é verdade, mas para a região que era atendida setorialmente, sem critério algum, o fato de que seus projetos passassem a ser aprovados e atendidos por meio de um gerenciamento integrado dos recursos hídricos, exercido através um órgão regional, como o Comitê, sem dúvida representava um progresso em termos regionais.

Mais que isso, se examinarmos os projetos aprovados, dois terços deles tinha suas origens nas prefeituras da Bacia e apenas um terço tinha sua origem em órgãos estaduais, mostrando a descentralização e a integração na ação política do Comitê.

É claro que a estruturação desse processo, para se tornar efetivo exigiu um aprendizado da maneira de se trabalhar coletivamente (por parte de todos os segmentos representados no Comitê) e de se reposicionar a política regional quanto aos recursos hídricos e ao desenvolvimento sustentável em relação ao Governo Estadual, que, na realidade, levou algum tempo

para acontecer. Observamos que houve um tempo de maturação dos projetos aprovados no Fehidro que variou de períodos em períodos.

É digno de nota que o total de investimentos dos projetos aprovados no Fehidro e executados ou em execução não é desprezível (cerca de 6 milhões de reais, em valores de 2003) ainda que a fonte dos recursos ainda seja única e não estejam bem claras outras fontes de distribuição de recursos, nem sua forma de distribuição e planejamento de gestão.

Fica mais clara, como prevíamos, a situação do Comitê do Alto Paranapanema, quando colocamos os dados da pesquisa qualitativa sobre a ação deste no gerenciamento integrado dos recursos hídricos da Bacia, feita no Capítulo 4. Nesta pesquisa constatamos fatos aventados na hipótese desta tese e outros que tínhamos indícios através de dados complementares.

Como vimos na avaliação qualitativa desse capítulo, o dado que se destaca à primeira vista é que a média de pontos apresentada nessa avaliação é positiva, e confirma a validade da ação do Comitê, todavia esta média é pouco acima da média absoluta, indicando que se a ação dos projetos dentro da realidade regional da Bacia foi positiva, indica também que esta ação do Comitê é um processo que vai se construindo à medida que este vai se tornando um ente permanente e necessário dentro da realidade regional da Bacia do Alto Paranapanema.

No mesmo sentido estão os dados que mostram na pesquisa que os indicadores de Abrangência, Gestão, Origem e Valor ficam pouco acima da média de pontos, indicando que são resultado de uma ação integradora do Comitê, embora não tenham ainda alcançado um nível desejado de atuação deste no território da Bacia. Fica abaixo da média alcançada de pontos, apenas o indicador Intersetorialidade, devido ao fato, já narrado, da busca dos recursos financeiros pelas prefeituras, que causou uma supremacia dos projetos ligados aos setores direto e correlacionado.

Os dados da pesquisa mostram ainda que os índices de articulação que se apresentaram melhor foram o de Gestão (a maior concentração no nível alto e a melhor média) e Origem (grande concentração de projetos no nível médio), atestando o grande envolvimento dos órgãos municipais e estaduais com a problemática dos recursos hídricos na Bacia.

O Comitê mostrou ser um ente regional capaz de gerenciar os recursos hídricos da Bacia de maneira integrada, participativa e cada vez mais aceita pela comunidade regional, como afirmávamos na introdução deste trabalho, mas tem, por outro lado, vários desafios a vencer para que possa estruturar sua ação integralmente.

O primeiro desafio refere-se ao direcionamento de suas ações futuras, se suas ações em direção ao gerenciamento integrado devem privilegiar somente os recursos hídricos ou devem perpassar outros setores territoriais como o planejamento regional, ambiental e de transportes.

O segundo desafio é coordenar suas ações com um Comitê federal de todo o Rio Paranapanema que deverá, em breve, ser criado, aglutinando comitês de outros trechos do Paranapanema em São Paulo, comitês paranaenses do mesmo Rio e órgãos federais.

O terceiro desafio é a questão da cobrança da água. O Comitê da Bacia do Alto Paranapanema, por meio da Deliberação Nº 36/02 aprovou um cronograma de implantação da cobrança pelo uso da água. Esta deliberação do Comitê estabelece a cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos da Bacia do Alto Paranapanema, de acordo com resoluções da Agência Nacional de Águas – ANA, que em suas normas federais exige a criação de uma Agência de Ba-

cia no Comitê de Bacia do Alto Paranapanema, para direcionar esta cobrança pelos recursos hídricos.

Esta deliberação aprova o cronograma para implantação da cobrança pelo uso da água, condicionando-o à aprovação da Lei de Cobrança pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, deixando a definição dos valores para implantação da cobrança pelo Uso da Água para logo após a aprovação da Lei de Cobrança pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.¹

Este processo apenas esboçado e ainda não concretizado até 2.005, pode ser o primeiro teste vital para a sobrevivência do Comitê da Bacia do Alto Paranapanema, um comitê agrícola e dentro uma área de preservação de recursos hídricos, por conter as nascentes do rio Paranapanema.

Este teste acontecerá por que, em um comitê com estas características, o segmento da sociedade civil tem uma forte e organizada participação dos setores agrícolas e dos produtores rurais que usam irrigação como meio de produção.

A cobrança pelo uso da água encontrará forte oposição desses produtores rurais e suas entidades representativas, encontrando do outro lado os governos federal e estadual, favoráveis a esta cobrança. No meio do caminho desse debate, encontra-se o segmento das prefeituras do Comitê, que têm interesses dos dois lados.

A cobrança pelo uso das águas pode viabilizar financeiramente a existência e funcionamento efetivo do Comitê, todavia pode comprometer o equilíbrio que possibilitou a sua existência últimos nove anos e possibilitou que, pela primeira vez a Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema planejasse o uso dos seus recursos hídricos e discutisse seu futuro.

Apesar de existirem ainda outros desafios, o mais importante deles não é o da questão sobre a cobrança da água ou não.

O verdadeiro desafio está em se decidir, com a participação de todos os segmentos, democraticamente, *o que se fazer com o montante dos novos recursos financeiros a ser destinada ao Comitê do Alto Paranapanema.*

Um plano de aplicação desses recursos deve perpassar todo um planejamento global e regional para a bacia, que envolva a qualidade de vida ambiental da Bacia, mas que contenha também um plano de desenvolvimento sustentável e um zoneamento tanto ambiental quanto territorial dessa Bacia.

Deve, principalmente, conter uma rigorosa aplicação de regras eqüitativas quanto aos múltiplos usos dos recursos hídricos, afinal eles representam uma nova oportunidade de desenvolvimento para toda a Bacia do Alto Paranapanema.

Finalmente, podemos dizer que os resultados da pesquisa qualitativa, amparados pelos dados complementares levantados, nos permitem afirmar que a existência do Comitê colaborou, na Bacia do Alto Paranapanema, para que houvesse um claro esforço de gerenciamento integrado de recursos hídricos, mas também que há indícios de desenvolvimento sustentável, a partir destas ações do Comitê na Bacia, confirmando a hipótese central desta tese, conforme queríamos demonstrar.

¹ A lei estadual da cobrança do uso da água foi aprovada pela Assembléia em dezembro de 2005 e deve ser regulamentada e colocada em prática pelo executivo estadual paulista até março de 2006.